

Positivismo reconsiderado: para além dos estereótipos anti-positivistas nas Relações Internacionais¹

DOI: <https://doi.org/10.14244/agenda.2023.2.11>

 Enzo Lenine

Professor no departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Sua linhas de pesquisa envolvem: teoria da escolha racional e modelagem formal, filosofia das ciências sociais, feminismo nas Relações Internacionais e hierarquias do conhecimento. Possui publicações na International Interactions, Perspectives on Politics, Rationality and Society, Carta Internacional, Revista Brasileira de Ciência Política entre outros.

E-mail: lenine@ufba.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5280-4252>

 Marlon Rodriguez

Graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisa teoria da escolha racional e modelagem de conflitos internacionais. Foi bolsista PIBIC, bolsa CNPq, do projeto “Política doméstica e crises internacionais: proposta de expansão do modelo de custos de audiência”, sob orientação do professor Enzo Lenine.

E-mail: marlonalberto.1903@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5046-7552>

RESUMO: Como a filosofia positivista contribuiu para a consolidação da disciplina de Relações Internacionais, especificamente no que tange ao modelo de explicação dos fenômenos internacionais? Nesse artigo, recuperamos a história do positivismo, focando no Círculo de Viena, os princípios da filosofia positivista e o modelo explicativo dedutivo-nomológico. Utilizamos essa abordagem filosófica para analisar as contribuições do positivismo para as RI, nomeadamente no que tange à produção de explicações. Argumentamos que a consolidação da disciplina enquanto ciência dos fenômenos internacionais se deve em larga medida ao positivismo e aos seus princípios filosóficos para a construção do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Positivismo; Filosofia da ciência; Metateoria; Teoria das relações internacionais.

Recebido em: 20/03/2023

Aprovado em: 29/01/2024

¹ Este artigo resulta da pesquisa intitulada “Política doméstica e crises internacionais: proposta de expansão do modelo de custos de audiência”, referente ao Edital PROPCI/UFBA 01/2022 PIBIC, registrado sob o número 22475, com bolsa CNPq de iniciação científica.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

1 Introdução

A disciplina de Relações Internacionais permanece em uma perene divisão que transcende o domínio dos grandes debates teóricos que caracterizam a narrativa disciplinar tradicional (Schmidt, 2013). Ao longo de sua história, desde a inauguração do primeiro departamento para o estudo da política internacional na Universidade de Aberystwyth (Gales, Reino Unido) em 1919², a disciplina de RI vivencia uma trajetória de teorias e postulados epistemológicos e metodológicos que se confrontam, seja em debates genuínos, os quais culminam em compromissos comuns (como foi o caso da síntese neo-neo); seja em divisões mais fundamentais que, se não inviabilizam por completo qualquer tentativa de consenso, estabelecem ao menos cismas entre as partes envolvidas (Lebow, 2022; Waever, 1996; Wight, 2013).

Nessa conturbada história disciplinar, a filosofia da ciência ocupa espaços frequentemente marginais, informando, por vezes, questões metodológicas, outras vezes questões epistemológicas e ontológicas, em um engajamento metateórico mais sofisticado (Hollis; Smith, 1990; Jackson, 2016; Kurki, 2008; Waever, 1996). Mais recentemente, particular atenção tem sido dada a uma persistente divisão filosófica nas RI, qual seja, aquela entre positivistas, de um lado, e interpretativistas, de outro (Lebow, 2022). A virada interpretativista, depois de uma longa trajetória disciplinar de cunho positivista, recuperou a tradição alemã de *Verstehen*, conferindo à mesma novos significados na produção de conhecimento contemporânea, sublinhando o caráter dos significados e padrões de significação na constituição da realidade social (Jackson, 2015; Yanow, 2015). Outrossim, o interpretativismo apresenta-se como uma contraposição filosófica ampla ao positivismo nas disciplinas de ciências sociais, incluindo as RI, principalmente devido ao que é visto como uma pretensão de dogmatismo sobre o que é científico, representado principalmente pelos modos como os objetos de análise são concebidos e quais os métodos adequados para analisá-los e produzir conhecimento (Hawkesworth, 2015).

Em larga medida, a sentença de Dowding (2016, p. 15) sintetiza esse cisma das ciências sociais que se aplica também às RI: “o positivismo (...) é o inimigo real de boa parte da teoria social”.³ As críticas direcionadas ao positivismo tendem a centrar-se em versões específicas do mesmo, nomeadamente o empiricismo lógico ou o positivismo lógico (Smith, 1996), os quais oferecem projetos mais radicais para a produção do conhecimento e da explicação (Godfrey-Smith, 2021). Mais precisamente, a centralidade do Círculo de Viena informa os entendimentos sobre o positivismo nas RI, os quais, por sua vez, envolvem, sem linhas completamente demarcadas, questões de natureza filosófica mais ampla com questões específicas de metodologia (Hollis; Smith, 1990; Fearon; Wendt, 2006; Nicholson, 1992, 1996; Smith, 1996; Wight, 2013).

² Nos Estados Unidos, a Associação Americana de Ciência Política (APSA), desde sua fundação em 1903, já incorporava discussões sobre política internacional. Não por acaso, a cátedra de política internacional da Universidade de Aberystwyth levava o nome de Woodrow Wilson, em referência aos seus 14 pontos para a paz e a tradição que se tecia de debates internacionais na APSA.

³ Essa tradução, bem como as demais, foi feita pelos autores.

A fusão de diferentes entendimentos sobre o positivismo – se é uma filosofia da ciência ou uma epistemologia ou uma metodologia – responde por parte dos desentendimentos sobre o mesmo dentro da disciplina de RI e pelos estereótipos acerca de seus significados, premissas e práticas (Kurki; Wight, 2013). Ademais, parte das interpretações dos projetos mais radicais do Círculo de Viena acabaram por retirar a apreciação de outros projetos que, se não foram completamente bem-sucedidos na filosofia, ao menos informam uma parcela significativa dos debates contemporâneos sobre como explicações e conhecimento são produzidos (Dowding, 2016; Godfrey-Smith, 2021; Hindmoor; Taylor, 2015; Woodward, 2003). O modelo de explicação de Carl Hempel e Paul Oppenheim (1948; ver também Hempel, 1965) consubstancia até a atualidade as interpretações e derivações dos modelos explicativos dedutivo-nomológico e indutivo-estatístico (Dowding, 2016; Woodward, 2003). Outrossim, parte da construção da disciplina de RI, a que pesem as críticas, assenta-se na adoção de pressupostos positivistas para a produção do conhecimento sobre os fenômenos internacionais, dentre os quais o modo de produzir explicações (Kurki; Wight, 2013; Lebow, 2022; Nicholson, 1996; Smith, 1996).

Destarte, neste artigo, partimos da seguinte questão: como a filosofia positivista contribuiu para a consolidação da disciplina de Relações Internacionais, especificamente no que tange ao modelo de explicação dos fenômenos internacionais? Objetivamos reconfigurar as interpretações sobre o positivismo partindo do entendimento do mesmo como uma filosofia da ciência que informa um modo particular de compreensão dos fenômenos do mundo real e de produção de conhecimento. Em particular, interessa-nos a questão da explicação e dos modelos explicativos produzidos pelos positivistas e que servem de base para as teorias das relações internacionais associadas ao positivismo. Nesse sentido, oferecemos uma reapreciação da filosofia positivista nas RI, sem perder de vista os reais problemas que assombram essa filosofia da ciência.

O artigo está dividido em quatro seções. Na primeira, recuperamos a história e o conhecimento recebidos acerca do positivismo lógico, tomando como ponto de partida o Círculo de Viena. Na seção seguinte, discutimos o modelo de explicação que emerge da filosofia de ciência positivista, vez que o mesmo exerce profunda influência em questões contemporâneas sobre a natureza das explicações nas ciências sociais. Na terceira seção, examinamos o positivismo nas RI, salientando os principais pontos de debate dentro da disciplina. Finalmente, discutimos as contribuições da filosofia positivista para o desenvolvimento da disciplina enquanto ciência, principalmente a partir do modelo de explicação e dos desdobramentos ontológicos, epistemológicos e metodológicos.

2 O Círculo de Viena e o positivismo lógico

Quando contemporaneamente a comunidade científica se refere ao positivismo, é frequente a associação do mesmo não à proposta de Auguste Comte, mas sim ao conjunto de filósofos reunidos sob o Círculo de Viena. Operando entre os anos 1920 e 1930, este grupo congregava filósofos que buscavam confrontar as ideias de pensadores influentes – tais como Kant, Heidegger e Hegel – que se assentavam em bases não-empiricistas, percebidas como obscuras e dogmáticas, quando não

insuficientes para explicar os avanços científicos do começo do século XX, nomeadamente na física (Ayer, 1959; Creath, 2022; Godfrey-Smith, 2021). Otto Neurath, Carl Hempel, Rudolf Carnap, Moritz Schlick são alguns dos nomes que compuseram o grupo de Viena original, e alguns dos que levaram suas ideias adiante quando emigraram para os Estados Unidos devido às perseguições nazistas⁴.

A proposta de filosofia de ciência lançada pelo Círculo de Viena foi inicialmente denominada de positivismo lógico, sendo posteriormente referida como empiricismo lógico depois que algumas de suas teses mais radicais foram revisadas. Os diversos projetos filosóficos avançados por seus membros visavam a reposicionar o significado da filosofia vis-à-vis a ciência, recorrendo à lógica (em suas novas formulações na matemática e na linguística,⁵ que promoveram uma ordem sintática para o estabelecimento da consistência na linguagem) e ao empiricismo (fundado na concepção de que todo conhecimento deriva da experiência) para estabelecer os fundamentos de uma concepção científica de mundo (Ayer, 1959a; Blumberg; Feigl, 1931; Carnap, 2003; Russel, 1959; Wittgenstein, 2017). Para eles, “por meio da filosofia, as proposições são explicadas, por meio da ciência elas são verificadas”, vez que a filosofia se preocupa especificamente com a “verdade das proposições”, ao passo que a ciência se ocupa com o real significado dessas proposições (Schlick, 1959a, p. 56). Em última análise, tal concepção teria um caráter libertador e emancipatório da humanidade, especialmente em vista dos acontecimentos do século XX, que, segundo a leitura dos empiricistas lógicos, resultaria dos dogmatismos e obscurantismos da metafísica (Creath, 2009).

Um dos projetos mais ambiciosos dos empiricistas lógicos consistiu na construção de uma teoria verificacionista do significado, que posteriormente tornou-se a tese central do verificacionismo (Godfrey-Smith, 2021; Schlick, 1948). Para os empiricistas, a experiência observável é a fonte dos significados e, portanto, do conhecimento, de modo que todo e qualquer postulado, para conter significado, precisaria ser passível de observação para testar sua validade (Ayer, 2001). Esse teste não precisaria ser necessariamente realizado na prática, mas a proposição que o implica deveria conter a possibilidade para tal, ao menos em princípio. Dois exemplos de Schlick (1948, p. 484-485) iluminam essa questão: uma proposição ou hipótese que postule a existência de uma montanha de 3000 metros no lado oculto da Lua possui significado e pode ser avaliada como logicamente verdadeira ou falsa, mesmo que, na época desse exemplo, a humanidade não dispusesse de meios técnicos para verificá-la; já a hipótese de que o elétron possui um núcleo, cuja existência não se manifesta de nenhuma forma observável, carece de significado, porque não só não se pode verificar se essa asserção é verdadeira ou falsa (não há nenhum efeito desse núcleo que possa ser usado como parâmetro para teste da hipótese),

⁴ Na Alemanha, a Sociedade Berlinense para a Filosofia Empírica incorporou as ideias do positivismo lógico, estando em frequente debate com o Círculo de Viena. Outras escolas se destacaram na Inglaterra, na Escandinávia e até mesmo na Polónia (Creath, 2022).

⁵ A preocupação com a linguagem é central para os positivistas lógicos, uma vez que é por meio da linguagem que eles reconstroem a lógica e unificam as ciências. Carnap (2003) e Neurath (1959) salientam a importância desse projeto para o estabelecimento de uma linguagem científica que se permita verificar e confirmar seu conteúdo, especialmente no contexto da verificação vis-à-vis a experiência.

como também, dada a ausência de manifestação de efeitos, a realidade é inalterada com a existência ou não desse núcleo. Em resumo:

Nós só podemos entender em uma proposição aquilo que ela comunica, e o significado é comunicável apenas se ele for verificável. Como as proposições não são nada mais que veículos para a comunicação, nós somente podemos incluir em seus significados aquilo que elas podem comunicar. Por essa razão, eu sustento que o “significado” só pode significar “significado verificável” (Schlick, 1948, p. 491).

As consequências desse verificacionismo agem diretamente sobre os postulados metafísicos da filosofia, herdados desde a tradição eleata e platônica (Chauí, 2002; Platão, 2003). Para os positivistas e empiricistas lógicos, a metafísica postula a existência de seres (entidades) de modos inverificáveis pelo método que deveria ser comum à filosofia e às ciências, qual seja, os métodos alicerçados na experiência observável (Carnap, 1959; Schlick, 1948, 1959a). Ao observarem o mundo real, os cientistas são capazes de compreender as conexões entre as diferentes experiências desse mundo, permitindo, assim, o estabelecimento de previsões a partir das regularidades e leis subjacentes às experiências. É por meio da empiria que “os vários conceitos dos vários ramos da ciência são esclarecidos; suas conexões formais-lógicas e epistemológicas são explicitadas” (Carnap, 1959, p. 60). Em larga medida, a preocupação central das ciências empíricas, segundo o positivismo lógico, reside nas estruturas formais (id est, lógicas e matemáticas) da experiência: em última análise, “o que o conhecimento comunica é a estrutura” (Blumberg; Feigl, 1931, p. 286; ver também Carnap, 2003). Nesse sentido, o entendimento de realidade para os positivistas lógicos exclui qualquer resgate de entidades metafísicas cujas existências não possam ser verificadas. Em outras palavras:

A realidade empírica (diferente, por exemplo, da ilusão) significa a ordenabilidade no espaço-tempo do universo físico; isso é sempre determinável por meio da verificação empírica. Dizer que algo é real é dizer que certos dados são observados, que certos fatos são o caso. Não significa mais nada (Blumberg; Feigl, 1931, p. 295).

A primazia da observação para os positivistas lógicos alicerça sua filosofia da ciência, criando uma marca indelével para a constituição e produção do conhecimento, nomeadamente por meio da consecução de protocolos que permitem testar hipóteses a partir da experiência observável (Schlick, 1959b). Nesses protocolos, que são, basicamente, as próprias proposições científicas, o observador e o ato de observação são devidamente expressos, abrindo, assim, a possibilidade da verificação (Ayer, 1959b; Neurath, 1959)⁶. Em última instância, o verificacionismo positivista habilita-nos a produzir previsões sobre os fenômenos do mundo real, especificamente quando as condições protocolares são

⁶ Ayer (1959b) e Neurath (1959) discordam sobre como a verificação de uma determinada proposição deve ser feita. Neurath defende que a o caráter verdadeiro ou falso de uma proposição é verificado vis-à-vis outras proposições, confinando sua validade empírica ao jogo lógico entre elas. Já Ayer advoga que a observação científica é capaz de prover as evidências derivadas do mundo real (de fatos, da realidade, da experiência) para afirmar se uma determinada proposição é verdadeira ou falsa.

atendidas, e seu ápice se dá na confirmação de uma dada previsão (Schlick, 1959b, 223). Não por acaso, o modelo de explicação produzido por Carl Hempel e Paul Oppenheim (1948) nada mais é do que uma demonstração de que explicar é provar que um determinado resultado é esperado. Esse modelo exercerá profunda influência, chegando até à contemporaneidade como o modelo dedutivo-nomológico ou de lei geral (*covering law*).

3 O modelo de explicação de Hempel e Oppenheim

Em 1948, Carl Hempel e Paul Oppenheim, eminentes figuras no contexto do positivismo lógico, propuseram um modelo de explicação científica que consolidava diversos pressupostos dessa filosofia do conhecimento. Como os próprios autores demarcam:

Explicar os fenômenos do mundo de nossa experiência, responder questões de ‘por quê’ em vez de somente questões sobre ‘o que’, é um dos principais objetivos da investigação racional; e especialmente a pesquisa científica em seus vários ramos busca ir além da mera descrição do seu objetivo de estudo oferecendo uma explicação sobre os fenômenos que ela investiga (Hempel; Oppenheim, 1948, p. 135).

As motivações subjacentes a esse modelo pressupunham que a explicação não é algo que pode ser conhecido analiticamente; que as sentenças do fenômeno que deve ser explicado não estão contidas nas sentenças que explicam esse fenômeno; que o conhecimento científico advém de explicações que contêm leis gerais; e que a explicação não se assenta em termos primitivos (por exemplo, “porque”, “explica”, “devido a”), dado que eles são circulares (Dowding, 2016, p. 45; ver também Achinstein, 1983).

A proposta de Hempel e Oppenheim (1948) pauta-se na seguinte estrutura e notação: 1. Toda explicação possui duas partes: o *explanandum* (a sentença que descreve o fenômeno a ser explicado) e o *explanans* (as sentenças que respondem pelo fenômeno); 2. O *explanans* é constituído de dois tipos de declaração: (a) condições iniciais, (b) leis gerais; 3. O *explanans* deve possuir conteúdo empírico que lhe permita ser testado, e suas declarações devem ser verdadeiras (id est, as leis gerais devem ser factualmente corretas); 4. A explicação resulta da conclusão lógica que emerge a partir do *explanans*, vez que este contém as leis gerais que determinam o que esperar do *explanandum*. De modo mais sintético, o modelo pode ser expresso da forma expressa no Quadro 1.

Quadro 1 - Modelo de explicação de Hempel e Oppenheim

	Condições iniciais	$C_1, C_2, C_3, \dots, C_n$	
Dedução			
Lógica	Leis gerais	$L_1, L_2, L_3, \dots, L_n$	<i>Explanans</i>
↳		Descrição do fenômeno empírico a ser explicado	<i>Explanandum</i>

Fonte: Adaptado de Hempel e Oppenheim (1948).

Como se pode notar, a estrutura do modelo explicativo de Hempel e Oppenheim remonta ao silogismo aristotélico na forma como este articula premissas maiores e menores para se chegar a uma conclusão (Aristóteles, 2016; Chauí, 2002). No caso do modelo, porém, destaca-se o recurso às leis gerais, que o tornaram conhecido como modelo dedutivo-nomológico (DN). Um exemplo clássico de aplicação do modelo DN é dado no Quadro 2.

Quadro 2 - Exemplo de explicação segundo o modelo de Hempel e Oppenheim

	Lei geral	Todo metal que é aquecido expande.	
Dedução			
Lógica	Condição inicial	O metal foi aquecido.	<i>Explanans</i>
↳		O metal expandiu.	<i>Explanandum</i>

Fonte: Dowding (2016, p. 46).

Essa formalização da explicação cristaliza em sua estrutura premissas importantes da natureza do conhecimento científico, segundo o positivismo lógico. Primeiramente, o compromisso com fenômenos passíveis de observação está ensejado tanto nas formas assumidas pelas leis gerais e condições iniciais do *explanans*, como no próprio resultado a ser explicado (o *explanandum*). Em segundo lugar, o modelo DN objetiva especificar as relações entre as sentenças contidas em teorias científicas e nas observações, de modo a criar um vínculo confirmativo entre estas e aquelas (Godfrey-Smith, 2021, p. 56). Isso responde ao desiderato verificacionista na medida em que permite testar o *explanans* e produzir previsões – afinal, a dedução lógica do conjunto de condições iniciais e leis gerais nada mais é do que a demonstração de que o *explanandum* era esperado dadas essas condições e leis.

Embora elegante em seus fundamentos lógicos, o modelo DN recebeu duras críticas diante de inconsistências na forma como produzia explicações. As várias formas como ele se mostrou ineficaz para explicar fenômenos do mundo real extrapolam os objetivos deste artigo, mas alguns exemplos

merecem ser destacados, inclusive para apontar inconsistências que levaram à reflexão sobre outros requisitos para a explicação. O exemplo do mastro e da sombra é frequentemente recuperado com o objetivo de demonstrar a incapacidade de o modelo DN apontar a direção da explicação: se dispusermos da posição do sol e da altura do mastro (condições iniciais), seguindo as regras de trigonometria básica (lei geral), conseguimos calcular o tamanho da sombra; de maneira análoga, se sabemos o tamanho da sombra e a posição do sol, pelas mesmas relações trigonométricas conseguimos obter a altura do mastro. Porém, a possibilidade de cálculo matemático não significa que a sombra do mastro explica o tamanho do mesmo: na verdade, a nossa intuição aponta justamente o contrário. Há, portanto, uma assimetria na direção da explicação que não é captada pelo modelo DN. Seguindo uma lógica similar, quando uma tempestade se aproxima (*explanans*), o indicador em um barômetro cai de nível (*explanandum*), e entendemos que a explicação dessa queda se dá devido à tempestade, e não ao contrário; porém, podemos predizer que quando o nível de um barômetro cai, uma tempestade está a caminho, como se aquele fosse a causa desta. Mais uma vez, o modelo DN permite que ambas as formas de explicação sejam logicamente válidas, apesar de que há nitidamente uma direção explicativa única⁷.

248

Em outra seara, a equivalência entre explicação e previsão no modelo DN produziu, outrossim, reações críticas, principalmente em campos onde as previsões são mais gerais ou inexistentes.⁸ A operação do modelo, como demonstrado acima, dá-se por meio de construções lógicas, das quais a conclusão é o resultado esperado das premissas subjacentes às condições iniciais e às leis gerais. Em última instância, seria possível determinar, pela lógica do modelo DN, o que esperaríamos observar no mundo real com certa precisão cirúrgica. Porém, tanto a teoria da evolução, como a teoria geológica das placas tectônicas, frequentemente citadas como contraexemplos, não nos conferem nenhuma previsão concreta sobre o próximo salto evolucionário de uma dada espécie ou o próximo abalo sísmico (Page, 2018; Wendt, 1999). Seriam essas teorias não-explicativas ou, pior, não-científicas? Excetuando-se os céticos, pouquíssimos cientistas ousariam negar o caráter científico da biologia evolucionária e da geologia: mais facilmente rejeitariam o modelo DN como imagem da ciência e métrica para julgar explicações.

Apesar de suas limitações como modelo universal da explicação, o modelo DN exerce uma profunda influência em entendimentos sobre a explicação na contemporaneidade, como por exemplo, na ideia persistente de leis gerais. Porém, uma das suas influências mais significativas reside no modelo unificacionista de explicação, o qual assume que a explicação é produzida pela redução dos fenômenos a um conjunto de princípios e padrões unificadores, a exemplo do mecanismo de seleção natural na teoria evolucionária (Kitcher, 1981; ver também Clarke e Primo, 2012; Kincaid, 1996). O fato de o

⁷ Goodman (1955) colocou outros problemas para o modelo explicativo dos positivistas lógicos que atacam especificamente a ideia de uma teoria da confirmação. Para uma discussão mais amigável sobre o tema, ver Godfrey-Smith (2021, p. 67-74).

⁸ Hempel (1965) reconheceu que nem toda explicação se encaixa no modelo DN e propôs, como uma alternativa, o modelo indutivo-estatístico (IE), fundado na lógica indutiva e em probabilidades condicionais. Mesmo relaxando as premissas do modelo original, Hempel defendia que o caráter dedutivo do modelo explicativo DN o tornava naturalmente superior ao IE. Para mais detalhes, ver Dowding (2016, capítulo 3).

modelo unificacionista invocar uma estrutura de condições nomologicamente suficientes para definir a explicação marca sua descendência do modelo DN (Woodward, 2003, p. 216), bem como o caráter invariante das relações explicativas (Woodward 2003, p. 242). Nas RI, alguns autores recorrem senão ao modelo de forma exata, ao menos a suas premissas dedutivas mais elementares como métrica para a produção de conhecimento (Bueno De Mesquita, 1985; Lenine; Lyra, 2024). Procedemos a essa discussão na próxima seção.

4 O positivismo nas Relações Internacionais

O nascimento da disciplina de RI tanto no contexto britânico como no americano é marcado pela adesão aos preceitos da filosofia positivista. Nos momentos iniciais da formação disciplinar, que vão desde o início do século XX até meados dos anos 1950, as RI assumem um caráter eminentemente positivista no que tange principalmente a suas abordagens ontológicas e epistemológicas. A partir da metade do século passado, desenvolvimentos específicos em cada lado do Atlântico produziram tradições distintas, as quais, ainda que informadas pelos marcos originais, seguiram trajetórias particulares e, por vezes, tensas – especialmente no campo metodológico (Bull, 1996; ver também Dunne, 2013, sobre as particularidades da Escola Inglesa).

De todo modo, o princípio da disciplina é marcado pelo desiderato de conferir sistematização e rigor ao estudo dos fenômenos internacionais, e, nesse processo, a filosofia positivista emerge com um atrativo arcabouço ontológico, epistemológico e metodológico para realizar esse objetivo. Mais importante, percebia-se que a disciplina nascente precisava se distanciar de intervenções anteriores de caráter normativo e utópico, que não condiziam não só com os eventos catastróficos do começo do século XX, como não ofereciam uma leitura dos fenômenos internacionais a partir do que era observado como regularidade histórica (Kurki; Wight, 2013; Sschmidt, 2013; Smith, 1996). Nesse contexto, e não por acaso, a obra fundacional de Edward H. Carr, *Vinte Anos de Crise* (1939/2001), inaugura os debates teóricos e filosóficos que marcariam os rumos disciplinares, contrapondo o que seriam dois conjuntos de teorias fundamentais: o idealismo de outrora e o realismo de Carr – e, por consequência, o marco para se pensar a disciplina e debater o “internacional”. Central para a análise de Carr e dos realistas subsequentes (com especial destaque para Morgenthau, 2003) é o referencial positivista para analisar os fenômenos da realidade internacional, nomeadamente aqueles passivos de observação no espaço e no tempo, norteados pelo que há de mais regular na relação entre Estados: a disputa pelo poder. Esse compromisso epistemológico com o empiricismo denota a ruptura com o idealismo das análises anteriores sobre os fenômenos internacionais, optando em vez disso por fundamentar o estudo do “internacional” tanto no método histórico (Carr, 2001), como na busca de leis objetivas (Morgenthau, 2003).

A guinada positivista aprofunda-se a partir dos desdobramentos da Revolução Behaviorista ocorrida, primeiramente, na Psicologia, e, posteriormente, transbordando para as Ciências Sociais. O behaviorismo encarna um ideal de ciência social que mais se aproxima das premissas filosóficas do

positivismo, nomeadamente no que tange à observação dos fenômenos reais, sua mensuração e quantificação, bem como a construção de bases de dados quantitativos (Farr, 1995; Kirkpatrick, 1962). Nas RI, os ideais behavioristas se traduziram principalmente em compromissos epistemológicos e metodológicos, mais do que em uma ressignificação da ontologia do “político” e do “internacional” – algo que aconteceu na Ciência Política, onde o comportamento se tornou a unidade analítica dos fenômenos políticos (Almond, 1998). O método científico positivista tornou-se a marca desse movimento dentro da disciplina, advogando uma ciência do “internacional” focada nos fenômenos observáveis, na coleta de dados quantitativos, no uso de modelos estatísticos e na construção de grandes bases de dados (como, por exemplo, o projeto Correlates of War, iniciado por David Singer na Universidade de Michigan), os quais permitiriam explicar as regularidades dos fenômenos internacionais a partir de leis gerais (Kaplan, 1959; Nicholson, 1996). Essa tônica se estendeu ao longo dos debates suscitados pelo neorrealismo de Waltz (1979/2010) e o neoliberalismo de Keohane (1984), culminando no que posteriormente este autor sintetizaria, no contexto dos choques com as teorias críticas ao positivismo, de racionalismo *vs.* reflexivismo (Keohane, 1988; Waever, 1996). As abordagens racionalistas nas RI são frequentemente associadas à teoria da escolha racional, mas abrangem uma visão muito mais ampla tanto teórica quanto metodologicamente assentada na filosofia positivista (Fearon; Wendt, 2006). Não por acaso, sua “receita” de pesquisa deriva seu vocabulário de conceitos positivistas fundamentais: padrões de ações, simplificação e abstração, estabelecimento de premissas e condições iniciais, resultados esperados e, em última análise, previsões (Fearon; Wendt, 2006, p. 54-55).

Essa série de desenvolvimentos históricos e filosóficos permite sintetizar o positivismo nas RI com base no quatro critérios propostos por Smith (1996, p. 35-36): objetivismo, que defende que o conhecimento objetivo do mundo é possível; naturalismo, que advoga que os métodos das ciências naturais e das ciências sociais constituem um único método científico, capaz de analisar tanto os fenômenos da natureza quanto os das sociedades humanas; empiricismo; e comportamentalismo, expresso na separação entre comportamento e intenção dos atores (e somente aquele importando para a produção de explicações). Esse conjunto de premissas fornece as bases do positivismo tanto na trajetória formativa da disciplina, como na contemporaneidade, sendo reafirmada tanto no contexto particular da metodologia (King *et al.*, 2021; Nicholson, 1992), como no da filosofia positivista (Smith, 1996; Wight, 2013).

Evidentemente, as reações ao positivismo ocorrem desde a constituição da disciplina, e, no caso mais recente, elas refletem variadas preocupações que envolvem desde o que se considera a ciência das RI, até as formas válidas de produção de conhecimento (Kurki; Wight, 2013; Jackson, 2017; Lebow, 2022). Pelo menos desde os anos 1990,⁹ o renascimento do debate sobre explicação e compreensão (este recuperando a tradição weberiana de *Verstehen*) informa, junto ao cisma metodológico entre

⁹ Hollis e Smith (1990) marcam o debate nessa década e parte significativa da produção subsequente usa os termos dos autores para pensar a explicação como um modelo fundado na filosofia positivista; e compreensão como um modelo fundado na hermenêutica/interpretativismo.

quantitativistas e qualitativistas, as disputas internas sobre a forma de se conceber a disciplina de RI, as concepções de ciência que a fundamentam e as filosofias de ciência subjacentes à produção intelectual, destacando-se o debate entre positivistas e interpretativistas (Jackson, 2016; Lebow, 2022). Os termos dessas divisões filosóficas são resumidos recentemente por Lebow, em uma dura crítica aos defensores do positivismo:

Os *outliers* aqui são aqueles cientistas sociais como King, Keohane e Verba que cegamente aderem à compreensão positivista de conhecimento e seu compromisso com testes objetivos de proposições verdadeiras. Sua epistemologia não ressoa entre os cientistas e é inapropriada para a ciência social. Seu contínuo apelo diz algo sobre a necessidade ou o desejo de muitos cientistas políticos e acadêmicos de RI de viver em um mundo da fantasia (Lebow, 2022, p. 57).

251 Sentenças de tal natureza ressoam com os lados críticos da academia de RI que apontam, com evidências convincentes, que a filosofia positivista domina os espaços de produção e divulgação de conhecimento, como os periódicos, as associações disciplinares nacionais e internacionais e até mesmo os currículos de cursos de graduação e pós-graduação em RI. Porém, reconhecer um problema da maneira como a academia de RI é estruturada pelos seus agentes não implica dizer que a forma como o conhecimento é produzido resulta de um “mundo da fantasia”. As contribuições do positivismo tanto para o estabelecimento da disciplina, como para a geração de conhecimento científico tendem a ser escamoteadas nesse processo de crítica, dificultando uma avaliação adequada de sua importância para o estudo dos fenômenos internacionais. Essa avaliação se torna ainda mais desafiadora quando consideramos que por positivismo se entendem variadas ideias, muitas das quais assumem uma adesão aos preceitos do Círculo de Viena e sua versão mais radical do empiricismo lógico (Kurki; Wight, 2013; Smith, 1996; Wight, 2013). Nesse sentido, separar os diferentes aportes ontológicos, epistemológicos e metodológicos é passo fundamental na apreciação (assim como na crítica) da filosofia positivista nas RI.

5 Explicação e produção de conhecimento: contribuições do positivismo para as RI

Eu sou um “positivista”. – Alexander Wendt (1999, p. 39).

A declaração de Wendt em sua obra máxima salienta a importância do positivismo para o desenvolvimento da disciplina, principalmente por essa filosofia conferir o caráter de ciência ao estudo dos fenômenos internacionais – daí compreendemos a afirmação do autor (Wendt, 1999, p. 39) de acreditar “fortemente na ciência”. Ainda que o positivismo ao qual ele se refira não seja exatamente o empiricismo lógico do começo do século XX, a filosofia de ciência que informa parcela significativa dos estudos internacionais está associada aos desdobramentos que dele resultaram. Suas contribuições se fazem perceber tanto na concepção de ciência que alçou a disciplina ao reconhecimento como

campo próprio, cujo objeto, se não limitado à arena internacional, realiza-se nas dimensões do “internacional”; como nos modos como o conhecimento é produzido, envolvendo, nesse processo, debates de natureza ontológica, epistemológica e metodológica.

Como assinalado anteriormente, a influência positivista nas RI direcionou os olhares para o mundo real passível de observação, construindo um conhecimento que respondia ao desiderato de conferir sentido aos padrões reais de interação entre os Estados, seja no nível das unidades (como é característico do realismo clássico de Carr e Morgenthau), seja no nível da estrutura do sistema internacional (cujo expoente é, indubitavelmente, Waltz, assim como os neoliberais, com destaque para Keohane, e até mesmo os construtivistas, com destaque para Wendt). A ruptura com tradições anteriores de produção de conhecimento reposicionou os estudos internacionais dentro dos movimentos que já ocorriam em outras disciplinas das ciências sociais, a exemplo da Ciência Política (Peres, 2008), alinhando-a aos posteriores desdobramentos dos movimentos metodológicos do behaviorismo e da síntese neo-neo (Wight, 2013).

252

Os resultados dessa ruptura podem ser observados no persistente legado de produção intelectual de importantes periódicos disciplinares, como o *International Studies Quarterly*, o *Journal of Conflict Resolution*, o *International Organization* e o *Journal of Peace Research*. Sua característica principal, à primeira vista, é focar em publicações de abordagens quantitativas de fenômenos internacionais, sobremaneira aquelas pautadas na observação de fenômenos internacionais variados (Maliniak, *et al.* 2011; Smith, 1996; Walt, 1999). Esse padrão é ainda mais saliente no contexto da academia americana,¹⁰ onde uma predileção pela filosofia positivista se manifesta não só sob o manto metodológico, como também na própria epistemologia subjacente à produção de conhecimento em RI (Maliniak *et al.*, 2011, p. 454-456).

Mais recentemente, porém, reflexões sobre causalidade, de modo mais particular, e meta-teoria, de modo mais amplo, têm reposicionado o significado da explicação e, dentro dela, o papel específico da filosofia positivista em informar os pressupostos epistemológicos e metodológicos para a produção de argumentos explicativos. Dois movimentos merecem destaque: 1. O movimento da filosofia do realismo científico, iniciado por David Dessler (1989, 1991), abraçado e aprofundado por Wendt (1999) e ressignificado pelos realistas críticos (Kurki, 2008; Patomaki; Wight, 2002; Patomaki, 2019; Wight, 2006); e 2. O movimento de retomada das explicações causais singulares e das narrativas causais (Jackson, 2017; Lebow, 2015, 2022; Suganami, 1996, 2008).

O realismo científico nas RI debruça-se sobre reflexões acerca dos compromissos ontológicos, epistemológicos e metodológicos da pesquisa sobre fenômenos internacionais, e, dentre as diversas

¹⁰ Dentre os estudos bibliométricos que avaliam a produção intelectual da academia brasileira de RI, destacam-se Medeiros *et al.* (2016), Carvalho *et al.* (2021) e Novelli (2022). Os diferentes dados apontam uma combinação de filosofia positivista com métodos qualitativos (Medeiros *et al.*, 2016), ainda que a questão metodológica na disciplina nacional padeça de falta de atenção (a vasta maioria dos artigos analisados nas pesquisas supracitadas não apresentam nenhuma discussão metodológica como parte da especificação do desenho de pesquisa). Porém, Carvalho *et al.* (2021) apontam que a paisagem filosófica da academia nacional não se circunscreve tão somente ao positivismo, coexistindo outras filosofias de natureza não-positivista e pós-positivista.

discussões suscitadas, preocupa-se com uma ressignificação dos modelos explicativos dentro da disciplina. Wendt (1998, 1999) centrou-se principalmente na distinção entre explicações causais (que seguem o modelo humeano de causalidade de conjunção constante de eventos) e constitutivas (que se preocupam com as propriedades, as relações e as estruturas constituintes dos eventos que são explicados). Já os realistas críticos, inspirados primariamente na obra de Roy Bhaskar (1975/2008), expandem a noção de causalidade, reconsiderando-a para além dos ditames do modelo humeano e utilizando a linguagem de poderes causais, a qual recupera a possibilidade de elementos não-observáveis (como ideias e construções sociais) produzirem efeitos na realidade observável (Kurki, 2008; Patomäki; Wight, 2000). Como abordagem filosófica, o realismo crítico oferece um arsenal meta-teórico para a reflexão sobre o conhecimento nas RI nos termos dos compromissos supracitados. Nesse sentido, mais do que oferecer uma visão determinada sobre causa e causalidade, sua proposta consiste em apontar um novo léxico que envolve poderes e capacidades causais dentro de um oportunismo epistemológico e metodológico sobre como tais poderes e capacidades poderiam ser evidenciados e analisados nas pesquisas (Kurki, 2008; Patomäki, 2019; Wight, 2006). Assim, a filosofia positivista seria apenas mais uma filosofia que informa a natureza da explicação, não aquela que teria a palavra final. Essa é uma visão muito mais conciliadora dentro da diversidade de produção intelectual em RI.

253

O mesmo não pode ser dito daqueles que advogam as explicações singulares e narrativas causais. Recuperando a proposta weberiana, essa frente de análise preocupa-se em reconstruir os processos causais reconhecendo seu caráter contingente, idiossincrático, singular no complexo tecido dos fenômenos sociais (Lebow, 2022; Kurki; Suganami, 2012; Suganami, 2008). Em reconstruções de natureza causal, destaca-se a ideia de causação ineficiente, segundo a qual o objetivo central de uma narrativa causal é abraçar a complexidade dos fenômenos sociais, econômicos, políticos, culturais e internacionais de modo a demonstrar como sua conjunção produz resultados únicos (Lebow, 2015, p. 65-66). Subjacente a esta abordagem está a noção de que generalizações são impraticáveis no mundo social e, conseqüentemente, internacional, ainda mais em se considerando o caráter aberto do sistema político, que o torna suscetível a variações por fatores diversos e, frequentemente, não incorporados em seu inteiro teor nas análises (Patomäki, 2017).

Como se pode depreender, a proposta de explicações singulares contrasta-se diretamente com a filosofia positivista, principalmente com o modelo DN. Embora tal abordagem seja importante no sentido de chamar a atenção para a complexidade dos fenômenos reais e do seu caráter contingente, o foco em resultados únicos é problemático para o próprio esforço científico da disciplina. Ora, se uma dada narrativa causal for, no limite, completamente única para o caso analisado, qual seu valor como conhecimento para outros casos se não houver, ao menos, paralelismo entre eles? Há, aqui, um problema de níveis de granularidade (Dowding, 2017) que não pode ser perdido de vista: abordagens de matriz positivista estão preocupadas com baixos níveis de granularidade, nos quais o detalhamento da complexidade da realidade não é equivalente ao detalhamento do que torna único um determinado caso, mas sim daquilo que lhe permite ser analisado vis-à-vis uma realidade mais geral. Nesse nível de

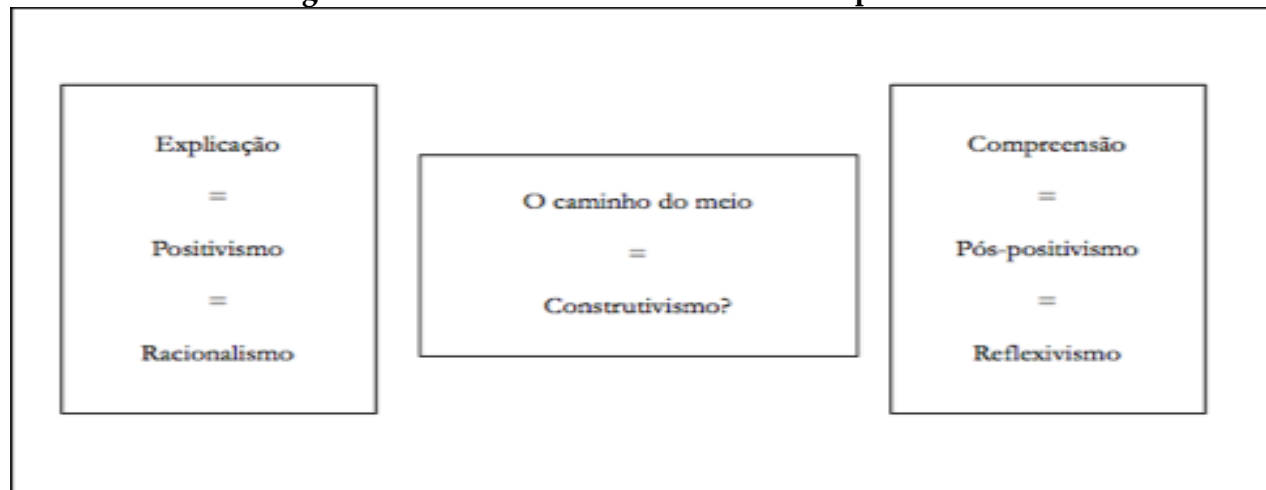
granularidade, as generalizações são importantes na medida em que nos permitem produzir previsões científicas capazes de serem extrapoladas para além do objeto de interesse de uma determinada pesquisadora (Dowding; Miller, 2019; Lenine, 2018).

Nesse contexto, a filosofia positivista defende um apreço pelas implicações de nossas pesquisas para a construção de um conhecimento com alcance mais geral do que localizado, visando a fornecer explicações que não se restrinjam tão somente a uma realidade específica. Mais importante, porém, é o fato de que suas preocupações em responder às críticas sobre direcionalidade da explicação – especificamente, no contexto da causalidade (Salmon, 1984; Woodward, 2003) – fizeram com que os próprios compromissos ontológicos, epistemológicos e metodológicos do positivismo nas RI fossem reconsiderados. Não por acaso, o movimento mais amplo de reflexão metodológica na tradição quantitativa ecoa na disciplina (Dowding, 2016), principalmente no que tange à incorporação da causalidade nos modelos de equações estruturais (Pearl, 2009; Spiegelhalter, 2022; Woodward, 2003) e até mesmo da noção de mecanismos e poderes causais nos modelos formais (Dowding; Lenine, 2023; Hindmoor; Taylor, 2015; Ross, 2019).

Como poderíamos, portanto, sintetizar o atual estado da disciplina e sua relação com o positivismo? Uma primeira aproximação é fornecida por Wight (2013): na figura 1, vemos a síntese das filosofias de maior proeminência nas RI (positivismo e pós-positivismo, ainda que o status desta como filosofia possa ser mais bem representado sob o rótulo do interpretativismo), com suas respectivas modalidades de geração de conhecimento (explicação para os positivistas; compreensão para os pós-positivistas) e subsumidas por Keohane (1988) sob os guarda-chuvas de racionalismo e reflexivismo. O construtivismo é entendido como um caminho mediador entre os dois modelos, tanto do ponto de vista filosófico como teórico,¹¹ inclusive por apresentar uma variedade de compromissos ontológicos, epistemológicos e metodológicos que dialogam tanto com o racionalismo como com o reflexivismo (Adler, 2013).

¹¹ Embora seja corrente a interpretação do construtivismo como uma teoria das RI, na verdade trata-se de uma filosofia específica para interpretar a realidade, sendo utilizada tanto nas ciências humanas e sociais, como nas naturais (Adler, 2013). Segundo Dowding (2016, p. 27), como filosofia da ciência, “a ideia do construtivismo é que afirmar que existe um dado objeto com certas propriedades é afirmar que se sabe como descobrir ou construir esse objeto” – daí a ideia de construção social, quando aplicado às RI.

Figura 1 – Divisão filosófica nas RI contemporâneas



Fonte: Wight (2013, p. 42).

Ainda que esse esquema seja profundamente esclarecedor acerca dos desenvolvimentos contemporâneos da disciplina – sendo, inclusive, recuperado nas discussões da obra mais recente de Lebow (2022) –, ele não traduz com suficiente clareza os preceitos positivistas que informam a pesquisa em RI. Nesse sentido, apresentamos no Quadro 3 uma síntese desses preceitos e como eles têm sido mobilizados nas investigações dos fenômenos internacionais.

255

Quadro 3 – Síntese do positivismo nas RI

Aspectos do conhecimento	Características
Ontologia	Fenômenos reais, observáveis pela experiência sensorial; Economia de termos metafísicos, não-observáveis.
Epistemologia	Empiricista: a experiência é a fonte da produção do conhecimento; Objetivismo: o conhecimento produzido representa a realidade objetiva do mundo.
Metodologia	Naturalista: os métodos das ciências naturais e sociais são basicamente os mesmos; Eminentemente quantitativa e/ou formal; Busca de padrões, regularidades e leis gerais; Teste de conjecturas explicativas e hipóteses.
Modelo de explicação	Inspiração no modelo DN e na versão indutivo-estatística (IE); Reconhecimento da necessidade de avaliar a causalidade; Especificação de condições iniciais e princípios nomológicos (leis gerais); Geração de previsões = explicação como previsão.

Fonte: Elaboração própria.

Longe de exaustivo, o balanço acima apresentado sintetiza os princípios que norteiam a pesquisa de matriz positivista nas RI, situando o positivismo como uma filosofia estruturada em torno de uma teoria do conhecimento (assumindo, destarte, ontologia, epistemologia e metodologia próprias) e de um modelo de explicação em particular. É com base nesses princípios que o conhecimento vem sendo produzido não só em parte das RI, como também nas Ciências Sociais, algo que Hempel já antecipava em seus comentários sobre estas ciências (Hempel, 1942; ver também Hindmoor; Taylor, 2015, p. 217-220). Sua relevância como filosofia da ciência reside precisamente na sua capacidade de articulação de um modelo de explicação que permitiu à disciplina, em sua origem, desenvolver-se e estabelecer-se como campo científico próprio. É a partir desse marco que as próprias abordagens críticas ao positivismo puderam florescer, seja reconsiderando as modalidades de produção de conhecimento nas RI, seja refutando princípios do positivismo. De todo modo, é na paisagem disciplinar construída pelo positivismo que esses debates podem ocorrer, o que por se reforça o legado dessa filosofia para o estudo dos fenômenos internacionais.

6 Conclusão

Em mais de um século de produção intelectual, a disciplina de RI contemporânea se caracteriza por uma pluralidade de abordagens filosóficas que informam seus compromissos ontológicos, epistemológicos e metodológicos. No cerne desse espaço plural, o legado do positivismo como filosofia da ciência requer uma apreciação especial, seja pelo papel que desempenhou na construção da disciplina, seja na persistência dos seus ideais de ciência nas práticas de pesquisadoras de RI e no modelo de explicação subjacente a parte significativa da pesquisa acerca dos fenômenos internacionais.

Ao longo deste artigo, recuperamos a história do positivismo a partir dos desenvolvimentos do Círculo de Viena, situando seus princípios e um dos seus principais produtos, qual seja: o modelo dedutivo-nomológico de explicação. A disciplina de RI foi profundamente influenciada pela escola vienense, ainda que as formas do positivismo assumidas na disciplina sejam bem menos radicais do que aquelas propostas pelos seus membros originais. Na verdade, o próprio tratamento dado ao positivismo nas RI perpassa considerações filosóficas mais amplas, como impressões pontuais sobre epistemologia e metodologia. Nesse sentido, sublinhamos a importância de reconfigurar o entendimento do positivismo a partir do marco de uma filosofia da ciência, estruturada em torno de uma filosofia do conhecimento com princípios próprios.

As contribuições que o positivismo deu – e segue dando – à disciplina não podem ser ignoradas. Ainda que pesem as questões de preferências da academia – principalmente por ideais de ciência e do que seja o método científico –, o fato de hoje podermos falar de uma disciplina das relações internacionais que se distingue das demais ciências sociais deriva das contribuições dadas pelo positivismo. Negá-las significa rejeitar uma parte fundamental da história disciplinar; refletir sobre seus significados faz parte da escrita dos rumos que as RI tomarão nos anos por vir, agora em uma academia muito mais diversa e na qual o positivismo figura como uma das várias e importantes filosofias da ciência que informam nossas práticas como pesquisadores e pesquisadoras.

7 Referências

ACHINSTEIN, P. **The Nature of Explanation**. Oxford: Oxford University Press, 1983.

ADLER, E. Constructivism in International Relations: Sources, Contributions, and Debates. *In*: CARLSNAES, W.; RISSE, T.; SIMMONS, B. A. **Handbook of International Relations**. 2. ed. Londres: SAGE, cap. 5, p. 112-144, 2013.

ALMOND, G. A. Political science: the history of the discipline. *In*: GOODIN, R. E.; KLINGEMANN, H. **A new handbook of political science**. Oxford: Oxford University Press, p.50-96, 1998.

ARISTÓTELES. **Órganon**. São Paulo: Edipro, 2016.

AYER, A. J. Editor's Introduction. *In*: AYER, A. J. **Logical Positivism**, 3-28. Nova Iorque: Free Press, p. 3-28, 1959a.

AYER, A. J. Verification and Experience. *In*: AYER, A. J. **Logical Positivism**. Nova Iorque: Free Press, p. 228-243, 1959b.

AYER, A. J.s. **Language, Truth and Logic**. Londres: Penguin Books, 2001.

BHASKAR, R. A **Realist Theory of Science**. Londres: Verso, 2008 [1975].

BLUMBERG, A. E.; FEIGL, H. Logical Positivism. **The Journal of Philosophy**, v. 28, n. 11, p. 281-296, 1931.

BUENO DE MESQUITA, E. Toward a scientific understanding of international conflict: A personal view. **International Studies Quarterly**, v. 29, n. 2, p. 121-136, 1985.

BULL, H. International Theory: The Case for the Classical Approach. **World Politics**, v. 18, n. 3, p. 361-377, 1996.

CLARKE, K. A.; PRIMO, D. M. **A Model Discipline**: Political Science and the Logic of Representations. Oxford: Oxford University Press, 2012.

CARNAP, R. The Elimination of Metaphysics Through Logical Analysis of Language. *In*: AYER, A. J. **Logical Positivism**, 60-81. Nova Iorque: Free Press, p. 60-81, 1959.

CARNAP, R. **The Logical Structure of the World and Pseudoproblems in Philosophy**. Chicago: Open Court, 2003.

CARR, E. H. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939**. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília e Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2001.

CARVALHO, T.; GABRIEL, J. P. N.; LOPES, D. B. 2021. 'Mind the Gap': Assessing Difference between Brazilian and Mainstream IR Journals in Methodological Approaches. **Contexto Internacional**, v. 43, n. 3, p. 461-488, 2021.

CHAUÍ, M. **Introdução à História da Filosofia**, Vol. 1: dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CREATH, R. The Gentle Strength of Tolerance: The Logical Syntax of Language and Carnap's Philosophical Programme. In: WAGNER, P. **Carnap's Logical Syntax of Language**. Houndsmills: Palgrave Macmillan, p. 203-214, 2009.

CREATH, R. Logical Empiricism. In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Winter 2022 Edition). 2022. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2022/entries/logical-empiricism/>>. Acesso em: 15 fev. 2024.

DESSLER, D. What's at stake in the agent-structure debate?. **International Organization**, v. 43, n. 3, p. 441-473, 1989.

DESSLER, D. Beyond correlations: Toward a causal theory of war. **International Studies Quarterly**, v. 35, n. 3, p. 337-355, 1991.

DOWDING, K. **The Philosophy and Methods of Political Science**. Londres: Palgrave, 2016.

DOWDING, K. Australian exceptionalism reconsidered. **Australian Journal of Political Science**, v. 52, n. 2, p. 165-182, 2017.

DOWDING, K.; LENINE, E. Models, Conceptual and Predictive: A Response to Johnson's Models-as-Fables. **Perspectives on Politics**, v. 21, n. 1, p. 254-263, 2023.

DOWDING, K.; MILLER, C. On prediction in political science. **European Journal of Political Research**, v. 58, n. 3, p. 1001-1018, 2019.

DUNNE, T. The English School. *In*: DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. **International Relations Theories: Discipline and Diversity**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, p. 132-152, 2013.

FARR, J. Remembering the revolution: behavioralism in American Political Science. *In*: FARR, J.; DRYZEK, J.; LEONARD, S. T. **Political science in history: research programs and political traditions**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 198-224, 1995.

FEARON, J.; WENDT, A. Rationalism v. Constructivism: A Skeptical View. *In*: CARLSNAES, W.; RISSE, T.; SIMMONS, B. A. **Handbook of International Relations**. Londres: SAGE, p. 52-72, 2006.

GODFREY-SMITH, P. **Theory and Reality: An Introduction to the Philosophy of Science**. 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 2021.

GOODMAN, N. **Fact, Fiction and Forecast**. Cambridge: Harvard University Press, 1955.

HAWKESWORTH, M. Contending Conceptions of Science and Politics: Methodology and the Constitution of the Political. *In*: YANOW, D.; SCHWARTZ-SHEA, P. **Interpretation and Method: Empirical Research Methods and the Interpretive Turn**, 2. ed. Londres: Routledge, p. 27-49, 2015.

HEMPEL, C. G. The Function of General Laws in History. **Journal of Philosophy**, v. 39, p. 209-227, 1942.

HEMPEL, C. G.; OPPENHEIM, P. Studies in the logic of explanation. **Philosophy of Science**, v. 15, n. 2, p. 135-175, 1948.

HEMPEL, C. G. **Aspects of Scientific Explanation and Other Essays in the Philosophy of Science**. Nova Iorque: Free Press, 1965.

HINDMOOR, A.; TAYLOR, B. 2015. **Rational Choice**. 2. ed. Londres: Palgrave, 2015.

HOLLIS, M.; SMITH, S. **Explaining and Understanding International Relations**. Oxford: Clarendon Press, 1990.

JACKSON, P. T. Making Sense of Making Sense: Configurational Analysis and the Double Hermeneutic. *In*: YANOW, D.; SCHWARTZ-SHEA, P. **Interpretation and Method: Empirical Research Methods and the Interpretive Turn**. 2. ed. Londres: Routledge, p. 267-283, 2015.

JACKSON, P. T. **The Conduct of Inquiry in International Relations**: Philosophy of Science and Its Implications for the Study of World Politics. 2. ed. Londres: Routledge, 2016.

JACKSON, P. T. Causal claims and causal explanation in international studies. **Journal of International Relations and Development**, v. 20, p. 689-716, 2017.

KAPLAN, M. The New Great Debate: Traditionalism vs. Science in International Relations. *In*: ROSENAU, J. **Contending Approaches to International Politics**. Princeton: Princeton University Press, p. 39-61, 1969.

KEOHANE, R. O. **After Hegemony**: Cooperation and Discord in the World Political Economy. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KEOHANE, R. O. International Institutions: Two Approaches. **International Studies Quarterly**, v. 32, n. 4, p. 379-396, 1988.

KINCAID, H. **Philosophical Foundations of the Social Sciences**: Analyzing Controversies in Social Research. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. **Designing Social Inquiry**: Scientific Inference in Qualitative Research. New Edition. Princeton: Princeton University Press, 2021.

KIRKPATRICK, E. The impact of the behavioral approach on traditional political science. *In*: RANNEY, A. **Essays on the behavioral study of politics**. Urbana: University of Illinois Press, p. 1-30, 1962.

KITCHER, P. Explanatory unification. **Philosophy of Science**, v. 48, n. 4, p. 507-531, 1981.

KURKI, M. **Causation in International Relations**: Reclaiming Causal Analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

KURKI, M.; SUGANAMI, H. Towards the politics of causal explanation: a reply to the critics of causal inquiries. **International Theory**, v. 4, n. 3, p. 400-429, 2012.

KURKI, M.; WIGHT, C. International Relations and Social Science. *In*: DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. **International Relations Theories: Discipline and Diversity**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, p. 14-35, 2013.

LEBOW, R. N. **Constructing Cause in International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

LEBOW, R. N. **The quest for knowledge in International Relations: how do we know?** Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

LENINE, E. Explanation as prediction: the raison d'être of formal models in political science. **Política Hoje**, v. 27, n. 1, p. 152-166, 2018.

LENINE, E.; LYRA, M. International Relations' Nomological Machines: The Neo-Neo Synthesis's Tale of Law-Like Explanations. **Colombia Internacional**, v. 117, p. 113-137, 2024.

MALINIAK, D.; OAKES, A.; PETERSON, S.; TIERNEY, M. J. International Relations in the US Academy. **International Studies Quarterly**, v. 55, p. 437-464, 2011.

261

MEDEIROS, M. De A.; BARNABÉ, I.; ALBUQUERQUE, R.; LIMA, R. What does the field of International Relations look like in South America. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 59, n. 1, e004, 2016.

MORGENTHAU, H. J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

NEURATH, O. Protocol Sentences. *In*: AYER, A. J. **Logical Positivism**. Nova Iorque: Free Press, p. 199-208, 1959.

NICHOLSON, M. **Rationality and the Analysis of International Conflict**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

NICHOLSON, M. The continued significance of positivism?. *In*: SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. **International Theory: positivism and beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 128-145, 1996.

NOVELLI, D. A identidade do campo das Relações Internacionais no Brasil: uma análise a partir da produção científica em seus principais periódicos na década de 2010. **Carta Internacional**, v. 17, n. 1, e1168, 2022.

PAGE, S. E. **The Model Thinker**: What You Need to Know to Make Data Work for You. Nova Iorque: Basic Books, 2018.

PATOMÄKI, H. Praxis, politics and the future: a dialectical critical realist account of world-historical causation. **Journal of International Relations and Development**, v. 20, p. 805-825, 2017.

PATOMÄKI, H. The Promises of Critical Realism in the 2020s and beyond. **Teoria Polityki**, v. 3, p. 189-200, 2019.

PATOMÄKI, H; WIGHT, C. After Post-Positivism? The Promises of Critical Realism. **International Studies Quarterly**, v. 44, n. 2, p. 213-237, 2000.

PEARL, J. **Causality**: Models, Reasoning, and Inference. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

PERES, P. S. Comportamento ou instituições: a evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, p. 54-71, 2008.

PLATÃO. **Parmênides**. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO/Edições Loyola, 2003.

ROSS, D. Game Theory. In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Winter 2019 Edition). 2019. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2019/entries/game-theory/>>. Acesso em: 15 fev. 2024.

RUSSELL, B. Logical Atomism. In: AYER, A. J. **Logical Positivism**. Nova Iorque: Free Press, p. 31-50, 1959.

SALMON, W. C. **Scientific Explanation and the Causal Structure of the World**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

SCHLICK, M. Positivism and Realism. **Synthese**, v. 7, n. 6–B, p. 478-505, 1948.

SCHLICK, M. The Turning Point in Philosophy. In: AYER, A. J. **Logical Positivism**. Nova Iorque: Free Press, c p. 53-59, 1959a.

SCHLICK, M. The Foundation of Knowledge. In: AYER, A. J. **Logical Positivism**. Nova Iorque: Free Press, 1959b. p. 209-227, 1959b.

SCHMIDT, B. C. On the History and Historiography of International Relations. In: CARLSNAES, W.; RISSE, T.; SIMMONS, B. A. **Handbook of International Relations**. 2. ed. Londres: SAGE, p. 3-28, 2013.

SMITH, S. Positivism and beyond. In: SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. **International Theory: positivism and beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 11-44, 1996.

SPIEGELHALTER, D. **A Arte da Estatística**: Como aprender a partir de dados. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

SUGANAMI, H. **On the Causes of War**. Oxford: Clarendon Press, 1996.

263

SUGANAMI, H. Narrative Explanation and International Relations: Back to Basics. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 37, n. 2, p. 327-356, 2008.

WAEVER, O. The rise and fall of the inter-paradigm debate. In: SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. **International Theory: positivism and beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 149-185.

WALT, S. Rigor or Rigor Mortis: Rational Choice and Security Studies. **International Security**, v. 23, n. 4, p. 5-48, 1999.

WALTZ, K. N. **Theory of International Politics**. Long Grove, IL: Wavelan Press, 2010 [1979].

WENDT, A. On Constitution and Causation in International Relations. **Review of International Studies**, v. 24, n. 5, p. 101-118, 1998.

WENDT, A. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WIGHT, C. **Agents, Structures and International Relations: Politics as Ontology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

WIGHT, C. Philosophy of Social Science and International Relations. *In*: CARLSNAES, W.; RISSE, T.; SIMMONS, B. A. **Handbook of International Relations**. 2. ed. Londres: SAGE, p. 29-56, 2013.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: Edusp, 2017.

WOODWARD, J. **Making Things Happen**: A theory of causal explanation. Oxford: Oxford University Press, 2003.

YANOW, D. Thinking Interpretively: Philosophical Presuppositions and the Human Sciences. *In*: YANOW, D.; SCHWARTZ-SHEA, P. **Interpretation and Method**: Empirical Research Methods and the Interpretive Turn. 2. ed. Londres: Routledge, p. 5-26, 2015.

Positivism reconsidered: beyond anti-positivist stereotypes in International Relations

ABSTRACT: How did the positivist philosophy contribute to the consolidation of the discipline of International Relations, specifically with regard to the model of explanation of international phenomena? In this article, we discuss the history of positivism, focusing on the Vienna Circle, the principles of positivist philosophy and the deductive-nomological explanatory model. We use this philosophical approach to analyze the contributions of positivism to IR, namely in respect to the tailoring of explanations. We argue that the consolidation of the discipline as a science of international phenomena is largely due to positivism and its philosophical principles of knowledge construction.

KEYWORDS: Positivism; Philosophy of science; Metatheory; Theory of international relations.

El positivismo reconsiderado: más allá de los esterotipos anti-positivistas en las Relaciones Internacionales

265

RESUMEN: ¿Cómo contribuyó la filosofía positivista a la consolidación de la disciplina de Relaciones Internacionales, específicamente en lo que se refiere al modelo de explicación de los fenómenos internacionales? En este artículo recuperamos la historia del positivismo, centrándonos en el Círculo de Viena, los principios de la filosofía positivista y el modelo explicativo deductivo-nomológico. Usamos este enfoque filosófico para analizar las contribuciones del positivismo a las RI, nombradamente en lo que respecta a la producción de explicaciones. Argumentamos que la consolidación de la disciplina como ciencia de los fenómenos internacionales se debe en gran parte al positivismo y sus principios filosóficos para la construcción del conocimiento.

PALABRAS CLAVE: Positivismo; Filosofía de la ciencia; Metateoría; Teoría de las relaciones internacionales.